



Relatório da participação da Delegação Parlamentar da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação no 8.º Fórum Mundial da Água - Brasília, 18 a 23 de março 2018



## **INDICE**

### **I. ENQUADRAMENTO**

### **II. TRABALHOS PREPARATÓRIOS**

### **III. REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR PORTUGUESA**

### **IV. EXECUÇÃO DO PROGRAMA**

### **V. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO POLÍTICO**

#### **1. TRABALHOS DA CONFERÊNCIA PARLAMENTAR**

#### **2. TEMÁTICAS ABORDADAS**

#### **3. RESULTADOS DO PROCESSO POLÍTICO**

##### **3.1. DECLARAÇÃO PARLAMENTAR**

##### **3.2. OUTROS SEGMENTOS**

### **VI. NOTA FINAL**



## I. ENQUADRAMENTO

O Fórum Mundial da Água (FMA), considerado o maior evento global sobre o tema água, é organizado trianualmente pelo [Conselho Mundial da Água](#)<sup>1</sup> com a colaboração de um país anfitrião, com o objetivo de incentivar o uso racional e sustentável dos recursos hídricos através do diálogo entre responsáveis pelos processos decisórios a nível global. Centra-se nas dimensões políticas da segurança da água, adaptação e sustentabilidade dos recursos hídricos e tem como missão *“promover a conscientização, construir compromissos políticos e provocar ações em temas críticos relacionados à água para facilitar a sua conservação, proteção, desenvolvimento, planeamento, gestão e uso eficiente, em todas as dimensões, com base na sustentabilidade ambiental, para o benefício de toda a vida na terra”*.

Pela sua abrangência política, técnica e institucional, assim como pela participação aberta e democrática de um amplo conjunto de atores de diferentes setores que tem conseguido, o FMA conquistou grande relevância na agenda internacional. Na sua 8.ª edição, contou cerca de 10.000 participantes de 172 países, incluindo 12 Chefes de Estado, 56 membros de Governo, 134 Deputados e ainda representantes de autoridade locais, juízes e procuradores. Em 2018, o evento ganhou relevância acrescida para Portugal, por ser a primeira vez que o encontro teve lugar num país da comunidade dos países de expressão portuguesa.

A organização dos trabalhos do Fórum teve por base os princípios definidos nos seguintes documentos orientadores: [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2016-2030](#), fixados em 2015 em Cimeira da ONU, no qual a água é assumida como objetivo transversal; a [Resolução 64/292, de 28 de abril de 2010, das Nações Unidas](#) que declarou o direito humano à água e saneamento como direito humano fundamental; os [Princípios da OCDE para a Boa Governança da Água](#); e a [Carta de Lisboa](#), (7.º Fórum Mundial da Água), que estabelece as “Boas Práticas em Políticas Públicas e Regulação dos Serviços

---

<sup>1</sup> Conselho Mundial da Água - organização internacional fundada em 1996, com sede permanente na cidade de Marselha, França, que reúne cerca de 400 instituições relacionadas com a temática de recursos hídricos em cerca de 70 países,



de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais”. Partindo dos princípios estabelecidos nesses documentos orientadores, a Agenda do FMA 2018 foi estruturada nos seguintes pilares:

- **Processo Político** - segmentado em subprocesso Ministerial, Parlamentar Autoridades Locais e Regionais, e Juízes e Promotores;
- **Processo Regional** – segmentado em Regiões África, Arábia (incluindo África do Norte), Américas, Região Ásia-Pacífico, Região Europeia, Região Mediterrânea;
- **Processo Temático** – segmentado em Clima / Pessoas / Desenvolvimento Urbano / Ecossistemas / Finanças e ainda nos seguintes Assuntos Transversais: Compartilhamento / Capacitação / Governança
- Fórum Cidadão
- Grupo Focal de Sustentabilidade

A Assembleia da República centrou a sua intervenção no Processo Político – Sub-Processo Parlamentar, muito embora alargando a sua processos aos restantes Processos, em especial nas sessões organizadas por Portugal.

## II. TRABALHOS PREPARATÓRIOS

A organização da participação da Assembleia da República para o FMA iniciou-se em Julho 2017, na sequência de reunião com o Comissário de Portugal, o Eng.º Jaime Melo Baptista, que apresentou o projeto “Portugal Rumo a Brasília”, com o objetivo de desenvolver uma preparação atempada, dinâmica e abrangente de Portugal.

A Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (CAOTDPLH) na qualidade de órgão especializado da Assembleia que exerce competências e controlo político na área dos recursos hídricos foi, nessa data, convidada a participar ativamente no âmbito do subprocesso parlamentar, tendo de imediato sido desencadeado o necessário processo autorizativo junto de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República.



Sequencialmente, ao abrigo do despacho de 25 de julho de 2017, de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, a CAOTDPLH manteve contactos diretos com a organização brasileira do Fórum, especialmente a nível do planeamento do subprocesso parlamentar (liderado pelo Senador Jorge Viana) e acompanhou a reta final das negociações da declaração parlamentar conjunta.

Na perspetiva de preparação da participação e envolvimento ativo da Comissão neste Fórum, foi deliberado realizar um ciclo de audições e visitas preparatórias da participação portuguesa, os quais acresceram aos trabalhos específicos que a CAOTDPLH já se encontrava a desenvolver no âmbito das suas competências relativas a recursos hídricos.

Assim, entre outras reuniões da Comissão e deslocações pelo território nacional em que a temática do Fórum foi abordada, foram realizados os seguintes encontros específicos:

- Audição conjunta de Organizações Não Governamentais do Ambiente na qual estiveram presentes, entre outros, Renato Di Nicola (Foro Italiano per l'Acqua), Associação de Água Pública, Quercus, GEOTA/CPADA e o Comissário Português ao 8.º Fórum Mundial da Água (2018.02.28);
- Reunião com especialistas, preparatória do 8.º Fórum Mundial da Água – “compartilhando Água”, na qual participaram, entre outras individualidades, o Comissário de Portugal ao 8.º FMA 2018, Eng. Jaime Melo Baptista; Filipe Duarte Santos, Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Sustentável; Joaquim Poças Martins, Secretário-Geral do Conselho Nacional da Água; Alexandra Serra, Presidente da Parceria Portuguesa para a Água; Catarina Albuquerque, Presidente Executiva da Parceria da Nações Unidas *Water and Sanitation for All*; Luis Dias Grupo de Investigação CCIAM/Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; Francisco Godinho, Adjunto do Secretário-Geral do Conselho Nacional da Água; Alexandra Carvalho, Secretária-Geral do Ministério do Ambiente (2017.09.21);



- Reunião com Leo Heller, Relator Especial das Nações Unidas do Direito à Água Potável e Saneamento, em 2018.01.26, para *follow up* do relatório elaborado no seguimento da visita a Portugal, que teve lugar em dezembro de 2016.

Esteve ainda em preparação um Encontro de Parlamentares de Portugal e do Brasil na Assembleia da República de Portugal, no qual participaria um representante da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que, todavia, não foi possível concretizar.

### III. REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR PORTUGUESA

Por despacho de 10 de janeiro de 2018, de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, foi autorizada a constituição uma delegação composta com representantes de todos os grupos parlamentares, com a seguinte composição:

1. Presidente da Comissão, Deputado Pedro Soares, que chefiou a delegação;
2. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Manuel Frexes (PSD);
3. Vice-Presidente da Comissão, Deputada Maria da Luz Rosinha (PS);
4. Deputada Patrícia Fonseca (CDS/PP);
5. Deputado Miguel Tiago (PCP);
6. Deputado José Luis Ferreira (PEV);
7. Deputado André Silva (PAN);
8. Assessora Parlamentar Isabel Gonçalves

### IV. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

De acordo com o programa previamente estabelecido, a delegação parlamentar portuguesa chegou a Brasília no dia 18 de março de 2018 tendo participado nesse mesmo dia, pelas 18H30, na sessão de inauguração do Pavilhão de Portugal no espaço de exposição do FMA.



No dia seguinte, 19 de março, o Presidente da Comissão, Deputado Pedro Soares, compareceu, a convite do Presidente da República do Brasil, na Cerimónia de Abertura do Fórum, enquanto os restantes membros da delegação assistiram à Abertura Oficial no Auditório do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Durante a tarde teve lugar o lançamento do Relatório Regional Europeu no Pavilhão de Portugal, realizado no âmbito do Processo Regional Europeu debaixo da Coordenação do Comissário Português no Fórum, Eng. Jaime Melo Baptista, e o lançamento do Relatório das Nações Unidas para a Água e o Desenvolvimento de 2018 “Soluções Baseadas na Natureza para a Água”, e sessões especiais/painéis de alto nível, eventos nos quais os membros da delegação esteve presente. Pelas 19H30, a convite do Embaixador de Portugal no Brasil, Jorge Cabral, a delegação parlamentar portuguesa participou num encontro com a restante representação portuguesa na Embaixada de Portugal em Brasília.

No dia 20 de março, após uma reunião de trabalho com o **Ministro do Ambiente** de Portugal, o **Secretário de Estado do Ambiente**, o **Presidente do Conselho de Administração da Agência Portuguesa do Ambiente** e a **Secretária Geral do Ministério do Ambiente**, que decorreu no início da manhã, a delegação participou na Sessão Plenária da Conferência Parlamentar “O Papel dos Parlamentos e o Direito à Água”, na Arena Política (Centro de Convenções Ulysses Guimarães). No final do dia, os participantes na Conferência visitaram o Congresso Nacional e estiveram presentes numa recepção concedida pelo **Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil** no Palácio Itamaraty.

Durante o dia 21 de março, os membros da delegação distribuíram-se pelos diversos segmentos do encontro, tendo assistido a Sessões Especiais, sessões do Processo Regional e do Processo Temático e de side events promovidos por múltiplas entidades participantes.



## V. PARTICIPACAO NO PROCESSO POLITICO

O principal objetivo da deslocação da delegação parlamentar portuguesa foi a participação ativa no **segmento parlamentar** do processo político do Fórum, que culminou na Conferência Parlamentar “O Papel dos Parlamentos e o Direito à Água” realizada ao longo de todo o dia 20 de março e na qual participaram 134 Parlamentares, provenientes 20 países, nomeadamente França, México, Guyana, Kenia, Marrocos, Níger, Congo, Coreia e Portugal.

O resultado do Processo Político – Segmento Parlamentar foi a emissão de uma declaração parlamentar conjunta, na qual foram acolhidas na integralidade as propostas apresentadas pelos representantes parlamentares portugueses.

### 1. TRABALHOS DA CONFERENCIA PARLAMENTAR

O Presidente da Comissão fez parte da Mesa de Honra da abertura da Conferência, presidida pelo Presidente do Senado Federal do Brasil, Eunício Oliveira e com a participação, entre outros membros, de Benito Braga (Presidente do Conselho Mundial da Água), Governador Rodrigo Rollemberg (Governo do Distrito Federal); Senador Fernando Collor de Mello (Presidente da Comissão de Relações Exteriores/Senado Federal do Brasil), Deputada Sophie Briard-Auconie (Assemblée Nationale Française), Deputada Julia Argetina Perie (Mercosul).

Todos os membros da delegação intervieram individualmente na Sessão Plenária, tendo sido efetuado registo vídeo das intervenções, nas quais os parlamentares portugueses procuraram reforçar a visibilidade internacional e dinâmica do setor nacional da água.

No período da tarde, a delegação portuguesa participou na sessão conjunta de *Legisladores, Juizes e Promotores – Projetando melhores leis ambientais e de água*, tendo o Presidente da Comissão, Deputado Pedro Soares, feito parte da Mesa da Sessão, juntamente com o Senador Jorge Viana (Coordenador do Processo Parlamentar, Brasil),



que presidiu, Raquel Dodge (Procuradora da República do Brasil), Christianne Dias Ferreira (Presidente da Agência de Águas do Brasil). Abriram os trabalhos Ricardo Donizetti (Argentina) e Marina Silva (ex-Senadora e Ministra do Meio Ambiente do Brasil entre 2003/2008), sendo oradores Ricardo Andrade (Diretor Executivo do 8.º FMA e Diretor da Agência de Águas do Brasil), Deputada Sophie Auconie (Assembleia Nacional de França e Presidente da France Water Association), Senador Cristovam Buarque (Senado Federal do Brasil), Stefano Burchi (Presidente Executivo da Associação Internacional para o Direito à Água); Arnold Kreilhuber (UN Environment, Áustria) Deputado Alessandro Molon (Câmara dos Deputados Brasil), Ministro Gustavo do Vale Rocha (Ministro interino dos Direitos Humanos do Brasil).

## 2. TEMÁTICAS ABORDADAS

Em debate, tendo com principal foco o Direito à Água, estiveram temas como a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico, segurança hídrica, inovação legislativa e melhores práticas para gestão de água, qualidade ambiental das massas de água (tema que tem, desde o arranque da XIII Legislatura, ocupado um lugar central nos trabalhos da CAOTDPLH) e ainda mudanças climáticas e efeitos das alterações climáticas nos recursos hídricos e fenómenos hidrológicos extremos.

Foi dado especial relevo à relação entre os problemas de água/saneamento com questões de pobreza e governança, e, por vezes, de falta de habitação adequada. Apesar de Portugal ser reconhecido no sector de águas e resíduos como um caso exemplar com objetivos atingidos, como foi evidenciado pelos Parlamentares portugueses nas suas intervenções, foi manifestada consciência de que subsistem ainda algumas franjas da população onde se verificam esporadicamente dificuldades de acesso, sobre as quais a delegação deu nota de que gostaria que pudessem ser feitos avanços estratégicos nesse encontro mundial, de modo a garantir a todos o direito à água e saneamento.

Foram assumidos compromissos para encorajar a alocação de recursos orçamentais e não-orçamentais, a nível nacional e internacional, em matéria de segurança hídrica e saneamento, nomeadamente incentivando apoios às populações mais vulneráveis. Ao



longo do debate, foram demonstradas preocupações ambientais com a deflorestação, mudança climáticas e poluição.

Os Parlamentares comprometeram-se a desenvolver esforços com vista a promover a discussão regular de temas conexos com a aplicação do direito à água potável e saneamento, com o objetivo de inscrever o reconhecimento desses direitos nas legislações nacionais, bem como a reforçar a cooperação entre Parlamentos através da Rede Internacional de Parlamentos para a Água.

### 3. RESULTADOS DO PROCESSO POLITICO

#### 3.1. DECLARACAO PARLAMENTAR

Na conclusão da Conferência Parlamentar foi lido o **Manifesto dos Parlamentares**, subscrito pelos representantes dos diversos Parlamentos presentes e que integrou a generalidade das propostas apresentadas pela delegação parlamentar portuguesa, principalmente focadas na inclusão da água e saneamento como Direito Humano e no acesso à água como essencial no combate às desigualdades.

Reconhecendo a importância do esforço dos parlamentares para garantir que o ODS 6 seja alcançado em 2030 e o papel determinante dos Parlamentos conquistar a segurança hídrica e a universalização do acesso a água potável, foram assumidos, entre outros pontos, os seguintes compromissos:

- O direito humano do acesso à água potável e ao saneamento deve ser prosseguido por meio de políticas públicas e marcos legais adequados para garantir segurança hídrica e a progressiva eliminação de desigualdades, cabendo a todos os países garantir esse direito internamente;
- Desenvolver a cooperação internacional e colaboração multilateral entre parlamentos, governos, sociedade civil, instituições académicas, organizações internacionais e o sector privado;



- Reafirmar os compromissos do Acordo de Paris (2015), no combate ao aquecimento global, apoiando políticas e acordos internacionais de enfrentamento dos efeitos da mudança do clima relacionadas à segurança hídrica, de modo a diminuir a vulnerabilidade das populações humanas e dos ecossistemas;
- Promover a boa governança hídrica, garantindo que as águas sejam compartilhadas interna e externamente pelas nações de forma pacífica e justa;
- Requerer que a segurança hídrica e o saneamento sejam prioridades explícitas na alocação de recursos, orçamentários e não orçamentários, nacionais e internacionais, destinada a países com dificuldades no acesso a água e saneamento;
- Desenvolver a adoção do quadro legal e de políticas públicas para assegurar os compromissos sufragados.

Foi ainda estabelecido fortalecer a Rede de Parlamentares pela Água por meio do apoio na cooperação entre os países na solução dos desafios sobre água e saneamento e desenvolver esforços que os representantes dos respectivos países apoiem junto à Assembleia Geral das Nações Unidas as propostas contidas no Manifesto.

### 3.2. OUTROS SEGMENTOS

No processo político, para além do sucesso alcançado com a emissão da supramencionada declaração conjunta no âmbito do **segmento parlamentar**, foi possível alcançar outros resultados assinaláveis.

No **segmento ministerial**, em resultado de negociações ao longo dos meses que antecederam o encontro e das **Mesas Redondas** realizadas entre Membros dos Governos no Fórum, foi estabelecido o compromisso "**Chamada urgente para uma ação decisiva sobre a água**", com incidência nas seguintes áreas de intervenção que necessitam de mudanças significativas: Combate à escassez de água; Transparência dos acordos institucionais; Financiamento da água e de gestão de água; Soluções baseadas na natureza; Incentivo à cooperação transfronteiriça.



No segmento “Mayors”, a Conferência de Autoridades Locais e Regionais aprovou o documento conjunto “Call for Action”, tendo em vista, entre outros pontos, promover práticas sensíveis integradas de água, salvaguardando serviços e direitos humanos básicos e abordagens de gênero, colocando o saneamento e o acesso a água de qualidade no topo da agenda e fortalecendo as capacidades de governos locais e cidadãos para governança sensível da água. Os juízes e os magistrados do Ministério Público reunidos no Fórum subscreveram as declarações sobre justiça da água e direito à água.

## VI. NOTAS FINAIS

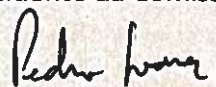
Da participação da delegação parlamentar portuguesa no 8.º Fórum Mundial da Água resulta um balanço muito positivo, tendo sido possível alcançar resultados tangíveis.

Ao integrar o projeto “Portugal rumo a Brasília”, a representação parlamentar contribuiu para que Portugal tivesse a maior presença de sempre num Fórum Mundial da Água. Permitiu ao Parlamento português posicionar-se junto de outros Parlamentos como defensor do reconhecimento do direito humano de acesso à água potável e ao saneamento básico e ainda como promotor na ordem jurídica nacional desses direitos como elementos essenciais para a eliminação das desigualdades.

Pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação

Brasília, 21 de março 2018

O Presidente da Comissão,



Pedro soares